

**HELDER CARITA.**  
**A CASA SENHORIAL**  
**EM PORTUGAL.**  
**MODELOS, TIPOLOGIAS,**  
**PROGRAMAS INTERIORES**  
**E EQUIPAMENTOS.**  
**ALFRAGIDE: LEYA, 2015**

---

NUNO SENOS

Departamento de História da Arte  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

A casa de habitação foi, até muito recentemente, um tema arredado das agendas de investigação da história da arte em Portugal. Nas suas versões régias ou aristocráticas, as que trata o livro em causa, rareiam os exemplares anteriores ao século XV (as torres ou as suas derivações, as casas-torre), e não são tão-pouco abundantes os exemplos dos primeiros paços (o termo palácio só se generaliza no século XVII) de Quatrocentos e de Quinhentos; a partir do século XVII e sobretudo da centúria seguinte (marcado pelo mais estudado dos fenómenos residenciais portugueses, o solar), as sobrevivências são mais numerosas. À escassez de exemplares soma-se a rarefacção documental, um pouco menos evidente para as casas reais mas verdadeiramente limitativa para a maioria das moradas privadas. E por fim, as profundas mudanças ocorridas nos modos de viver, nas exigências de conforto e até de luxo, foram introduzindo alterações nas casas ao longo dos séculos que tornam a história dos exemplares sobreviventes difícil, e tantas vezes mesmo impossível de reconstituir. Acrescentem-se a estas dificuldades os casos que desapareceram e facilmente se percebe que as dificuldades enfrentadas por aqueles que a tal empresa se entregam são consideráveis e explicam, em boa medida, o silêncio ensurdecedor a que estes objectos têm sido votados.

Alguns edifícios maiores, de tão maiores, foram sendo estudados em abordagens monográficas mais ou menos (sobretudo menos) extensas. São casos como o do Paço Real de Sintra ou o Paço Ducal de Guimarães, ambos do século XV, bem como, já na centúria seguinte, o Paço da Ribeira ou o Paço Ducal de Vila Viçosa.

<sup>1</sup> ISBN 9789896603939, 584 pp. Ilustrado.



Ao contrário do que se possa pensar, o século XVII constituiu um “buraco negro” historiográfico talvez ainda maior do que o precedente; o exemplo que mais atenção tem recebido é, provavelmente, o Palácio Fronteira, em Lisboa. Inventado nos finais dessa centúria, o solar atravessou todo o século XVIII e uma boa parte do seguinte, e constituiu a tipologia – ainda que de difícil definição – a que a historiografia mais atenção tem prestado; neste universo, muito numeroso e diverso, tem merecido atenção especial o Solar de Mateus. Aos solares importa acrescentar os palácios reais das Necessidades e, mais tardios, da Ajuda e da Pena. Talvez com mais meia dúzia de casos se pudesse completar a curtíssima lista dos poucos edifícios que, por terem sido mais estudados, são reconhecidos fora dos igualmente curtos círculos de especialistas.

Não estranha, portanto, que o capítulo residencial ocupe um lugar tão diminuto nas grandes narrativas disponíveis sobre história da arquitectura em Portugal. E tão-pouco surpreende que sejam também raras as sínteses sobre esta matéria. É costume, sempre que se fala deste tema, apontar-se a obra de Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses* (1969) como o estudo de referência que efectivamente é, e continua a ser. Outros contributos, contudo, merecem ser convocados, desde o inaugural *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal* (1937) onde Raúl Lino, com o sentido agudo de observação que o caracterizava, definiu uma boa parte das linhas analíticas que a bibliografia subsequente seguiria, até aos *Paços Medievais Portugueses* (1995) com que José Custódio Vieira da Silva deu direito de cidadania académica ao tema. Para a discussão do livro *A Casa Senhorial em Portugal* importa também referir a extensa obra que o seu autor, Helder Carita, tem vindo a dedicar, ao longo dos anos, a esta temática. Creio até que não se tem reconhecido a devida importância ao *Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal* (1983), resultante de uma parceria que se repete agora com as belas fotografias de Homem Cardoso, e que não só constituiu um estudo de síntese sobre uma componente fundamental da morada nobre, a sua decoração, como se esforça por sistematizar uma história da casa de morada propriamente dita.

Nesta *Casa Senhorial em Portugal* estamos, portanto, em mãos competentes. Aliás, Helder Carita tem sido um dos responsáveis pela renovação recente deste campo de estudos, quer por via dos seus próprios livros e artigos quer também através da sua participação no projecto de investigação *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, séculos XVII a XIX*, financiado pela FCT e sediado no Instituto de História da Arte da FCSH. Importa notar que este projeto é sintoma de uma dinâmica nova que tem animado o campo, traduzida na realização de teses, reuniões científicas (de que se deve destacar a série de encontros intitulada *Casa Nobre: um Património para o Futuro* que vai já na sua 5ª edição) e abundantes publicações. Justifica-se assim a realização de uma visão sintética que, dando sentido unitário à diversidade dos mais recentes resultados, permita actualizar o trabalho de Carlos de Azevedo. *A Casa Senhorial em Portugal* resulta do cruzamento desta necessidade de revisão com a oportunidade, como se explica na introdução, proporcionada pela Associação Portuguesa das Casas Antigas que tornou possível esta publicação.

É claro que, como o próprio autor confessa, a tarefa é hercúlea e tropeça constantemente na falta, ainda sensível, de dados bem como nas consideráveis variações (formais, organizacionais, de recheio) que a casa senhorial conheceu no espaço e no tempo. Aliás, das grandes tipologias arquitectónicas, se as fortificações são porventura aquela em que encontramos soluções mais homogéneas em cronologias e geografias alargadas, pelo contrário a arquitectura residencial foi sempre especialmente sensível às tradições nacionais e até locais ou às necessidades por vezes únicas de cada situação. Este quadro de grande diversidade de soluções torna o exercício da síntese especialmente complexo.

O livro começa por discutir o essencial da terminologia que foi sendo usada para falar da casa de morada nobre – torre, paço, solar – e torna-se imediatamente evidente a multiplicação dos termos bem como a sua variação no tempo, denotando uma realidade que se fixa com dificuldade e nunca se cristaliza completamente. Posto isto, é possível introduzir o tema através da identificação de tópicos mais frequentes ou mesmo dominantes que se estendem dos materiais de construção (o domínio do granito a norte e da taipa a sul numa leitura ancorada em Orlando Ribeiro, a que se poderia acrescentar o “enclave” do mármore alentejano no arco Estremoz-Borba-Vila Viçosa), às grandes tipologias de organização espacial (uma das mais importantes novidades deste livro, creio, consiste na sistematização do modelo da casa-pátio e suas variantes), à presença de elementos arquitectónicos constantes e fundamentais como a capela (outros igualmente centrais como a cozinha e as escadas podiam ter sido discutidos logo na introdução; surgem mais tarde). O resto do livro organiza-se em capítulos de recortes cronológicos muitas vezes difíceis de construir, que mostram como a arquitectura residencial é um campo especialmente interessante para testar (e encontrar) os limites das classificações tradicionais da história da arte (Renascimento, Barroco ou Romantismo, entre outras). Por exemplo, a sensibilidade chã marcou a arquitectura residencial de forma mais evidente e até mais uniforme do que qualquer das demais tipologias construtivas, e instalou-se num tempo muito longo que desafia definições cronológicas importadas de outras áreas de análise. O termo *chão* não dá nome a nenhum dos capítulos mas é usado como categoria operativa.

Ao mesmo tempo, no interior dos pesados volumes austeros, lisos e desornamentados que se construíram em Portugal a partir dos finais do século XVI e permaneceram quase sem alterações ao longo dos duzentos anos seguintes (e por vezes até mais tarde), os programas decorativos, por exemplo das capelas, foram mudando mesmo nas suas componentes mais fixas e permanentes, como a talha ou os estuques, uma e outros objecto de vários estudos recentes, até aqui dispersos. Além disso, o lugar absolutamente único que o azulejo ocupa nos interiores em Portugal dificulta ainda mais a utilização das tais categorias estabelecidas.

Especialmente importante é a atenção que neste livro se presta a aspectos da história da casa senhorial (e da arquitectura em geral) que até agora não tinham tido lugar em textos de síntese. Os mais relevantes parecem-me ser os que dizem respeito à história da *Provedoria das Obras Reais* cujo papel foi central na definição



Alçado para o Palácio dos Condes de Aveiras a São Cristóvão, Lisboa. BNP Iconografia D.364-A.

das opções arquitectónicas que se foram tomando em Portugal, e que a prazo se consolidou numa estrutura de ensino igualmente importante, a *Aula da Arquitectura*. Traz-se, assim, para o interior da história da arquitectura a das instituições que enquadraram e determinaram a sua prática.

Ao lado de uma arquitectura emanada da esfera real e estendendo-se às suas órbitas mais próximas, o panorama nacional desdobra-se numa quantidade considerável de variantes, algumas traduzindo permanências de opções antigas, outras, pelo contrário, materializando novidades importantes. Assim se justificam capítulos, por exemplo, sobre essa arquitectura tão peculiar que identificamos com o trabalho de Nasoni no norte do país, sobre o tardo-barroco residencial do Alentejo, ou sobre o neopalladianismo do Porto.

Igualmente variadas, na diacronia como na sincronia, são as soluções que foram sendo encontradas para organizar a distribuição de espaços interiores. É certo que têm vindo a ser identificadas soluções predominantes: pisos térreos reservados para serviços enquanto que os espaços propriamente residenciais e representacionais se arrumam no *piano nobile*; a existência de uma sala grande a partir da

qual o demais espaço se distribui, estruturado em aposentos, mais tarde chamados apartamentos, compostos segundo a fórmula enunciada, logo no século XV, pelo rei D. Duarte (antecâmara, câmara, trespâmara, oratório). Também é certo que, em termos gerais, a história destas soluções predominantes é da sua complexificação: por um lado a multiplicação de espaços (mais salas, mais antecâmaras, e assim por diante), e por outro a cada vez maior especialização desses espaços (a criação de um especificamente destinado à refeição, a sala de jantar, constitui um exemplo eloquente). Contudo, não é menos certo que as exceções são quase tantas quanto as regras. O domínio da arquitectura residencial foi especialmente pródigo em encontrar soluções particulares para este ou aquele caso: ou porque a topografia do terreno obrigou a encontrar configurações próprias, ou porque um afluxo novo de recursos permitiu ampliar a casa respondendo a novas ambições de representação, ou simplesmente porque nasceram mais filhos e foi preciso encontrar espaço para os acomodar.

O estudo da organização dos interiores residenciais confronta-se, assim, constantemente, com a excepção. Neste livro prestou-se especial atenção a alguns espaços particulares cuja história é mais significativa e se conhece um pouco melhor, naturalmente procurando sobretudo identificar as soluções dominantes. São os casos da cozinha, da saleta, do camarim ou da sala de estrado. Deu-se ainda lugar de destaque a esse espaço exterior que completa o interior, o jardim, frequentemente objecto de considerável investimento e sem o qual a casa nobre não existe. E finalmente adiantou-se alguma coisa também sobre os dispositivos de circulação que põem tudo isto em comunicação: varandas, eirados, alpendres e, o mais importante de todos, a escada.

De tudo isto este livro vai dando conta, procurando construir uma narrativa tão densa e simultaneamente coerente quanto possível. Falharão, seguramente, algumas referências e o produto final será necessariamente mais feliz numas passagens do que noutras, até porque a informação e respectiva reflexão disponíveis não se distribuem de forma homogênea por todos os temas e todos os tempos. De resto, se há pecado de que este livro possa ser acusado é de excesso de ambição. Um só autor atravessa seiscentos anos de uma história particularmente difícil, prestando atenção às opções estilísticas propriamente arquitectónicas, às do campo da decoração arquitectónica, à organização dos interiores e até à decoração e equipamentos móveis. Por isso mesmo, mais do que uma síntese que sistematize o conhecimento disponível num dado momento, este livro deve ser lido como um programa de trabalho, um desafio lançado à investigação vindoura que nele encontra uma vasta série de portas abertas (e algumas apenas entreabertas) sobre muitas avenidas a percorrer, que poderão ocupar muitos, durante muito tempo. O campo ficou, indubitavelmente, enriquecido com esta nova visão de conjunto; este livro constitui leitura doravante obrigatória e simultaneamente um ponto de partida incontornável, rico de sugestões. O caminho ficou aberto. ●